

103

235



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Apelação: nº. 0180220-8**

Apelante: Banco Banorte S/A – Em liquidação extrajudicial

Apelado: Nelson Alves Lins E OUTRO

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PLANOS BRESSER E VERÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE O BANCO E O CONSUMIDOR. ENTIDADE EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PAGAMENTO NA FORMA CONCURSAL. DESNECESSIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ILÍCITO CONTRATUAL. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO.

- 2 1159
1. O fato de se encontrar a entidade em recuperação extrajudicial não enseja necessariamente pagamento na forma concursal.
  2. A atualização monetária deve ser aplicada a partir do início do ilícito contratual, ou seja, a partir de quando deveria ter realizado o depósito dos valores requeridos.
  3. O termo inicial dos juros é a data da citação.
  4. O Banco agravante é parte legítima para figurar como pólo passivo de lide em que se discute os expurgos inflacionários, afinal a discussão é relativa ao contrato de abertura de crédito em caderneta de poupança celebrado entre as partes.
  5. Mantida a Condenação do Banco apelante a pagar a diferença entre o índice efetivamente creditado e o índice que deveria ser utilizado, qual seja, IPC de 26,06% (junho/1987) e o IPC de 42,72% (janeiro/1989) sobre o saldo de poupança existente na conta poupança de nº 07.000.392-000073, de titularidade de Nelson.
  6. Recurso conhecido e negado provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da Apelação nº **0180220-8** em que figuram como apelante o **BANCO BANORTE S/A** e como apelado **NELSON ALVES LINS**, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Récurso Apalatório no sentido de reconhecer a responsabilidade do Banco apelante pela aplicação da correção monetária a menor, determinando o pagamento da diferença entre a atualização monetária efetivada e a que deveria ter sido aplicada sobre o saldo da caderneta de poupança de Nelson na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 11/10/89

*Des. Eduardo Sertório*

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

0091  
8502

236

**Apelação: nº. 0180220-8**

Apelante: Banco Banorte S/A – Em liquidação extrajudicial

Apelado: Nelson Alves Lins E OUTRO

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

---

Cuido de recurso apelatório (fls. 68/82) interposto por BANCO BANORTE S/A – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL contra sentença prolatada pelo Juízo da 34ª Vara Cível da Comarca do Recife (fls. 61/65), nos autos da Ação de Ressarcimento de Índices Inflacionários ajuizada por NELSON ALVES LINS E MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA LINS, processo originário nº 001.2007.047496-7 (fls. 2/4).

Adoto o relatório lançado na sentença de fls. 61/65.

**Sentença:** julgou procedente, em parte, a demanda, entendendo o julgador restar controversia apenas com relação à conta-poupança de titularidade do primeiro autor, qual seja, Nelson Alves Lins. Assim, condenou o BANCO BANORTE:

Ao pagamento a diferença entre o índice efetivamente creditado e o índice que deveria ser utilizado, qual seja, IPC de 26,06% (junho/1987) e o IPC de 42,72% (janeiro/1989) sobre o saldo de poupança existente na conta poupança de nº 07.000.392-000073, de titularidade de Nelson, com valores convertidos para moeda real e atualizados (correção monetária) a partir da data de aniversário de cada conta, até efetiva liquidação, pela Tabela do Encoge, com acréscimo, ainda, dos juros contratuais (remuneratórios) de 0,5% ao mês, capitalizados, além de juros de mora de 1% ao mês, estes a partir da citação. Condenou ainda o Banco a ressarcir Nelson em 50% dos valores pagos a título de custas ante a mútua sucumbência.

E, acrescento:

**Apelação** (fls. 68/82): declara, inicialmente, haver ausência de vínculo jurídico capaz de unir contratualmente os sujeitos da presente lide. Pontua, ainda, pelo impedimento legal à obrigação de pagar imposta pelo Juízo *a quo* tendo em vista estar o Banco em liquidação extrajudicial. Aduz não poder ser responsabilizado pela aplicação a menor da correção monetária, pois fez incidir os índices impostos pelo governo federal, estando sua conduta, portanto, pautada de acordo com a legislação vigente à época. Tudo para requerer a reforma da sentença.

0095  
8562

237

A discussão gira em torno da aplicação das correções monetárias no saldo existente na conta poupança de Nelson em janeiro de 1989 e em julho de 1987 referentes aos Planos Verão e Bresser.

É o Relatório. À revisão.

Recife, 06 de janeiro de 2009

*Eduardo Sertório*  
**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
Relator

Despacho

Revistos

A pariter ---

Recife, 27/08/09 --

*Princípio*

✓



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

109

238

**Apelação: nº. 0180220-8**

Apelante: Banco Banorte S/A – Em liquidação extrajudicial

Apelado: Nelson Alves Lins E OUTRO

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

O pleito recursal tem como ponto controverso, em síntese, o pagamento dos expurgos inflacionários referentes aos meses de janeiro de 1989 e julho de 1987 da conta-poupança de Nelson.

Inicialmente, o banco questiona a existência de relação jurídica capaz de vinculá-lo a Nelson.

A esse respeito, entendo ter julgado acertadamente o julgador *a quo* ao reconhecer o vínculo jurídico existente entre as partes diante da juntada dos extratos de contas poupanças mantidas junto ao Banco apelante (fls. 14/19).

Ora, o próprio Banco faz prova da existência do vínculo existente entre ele e Nelson ao apresentar os extratos de conta poupança deste mantidos sob sua administração. Não havendo que se falar, portanto, em carência de ação.

Prosseguindo com as alegações, pontua o Banco pela impossibilidade de efetuar o pagamento na forma condenada pelo juízo *a quo* em razão de encontrar-se em recuperação extrajudicial.

Para tanto, baseia-se no art. 22 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974, destacando como um dos efeitos desse regime jurídico, a imposição da natureza concursal a todos os créditos. Conclui, diante disso, estar a decisão atacada em expresse confronto com dispositivo de Lei de natureza de ordem pública.

Quanto à referida alegação, faz-se oportuno analisar o entendimento do STJ acerca da matéria em comento, conforme ementas que seguem:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. LEI 6.024/74, ART. 18. ENTIDADE EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA AÇÃO. DESNECESSIDADE. PRESTAÇÕES DE MÚTUO HIPOTECÁRIO - DESCUMPRIMENTO PELO BANORTE DE DECISÃO JUDICIAL ANTERIOR. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. DISTINÇÃO DAS AÇÕES. ART. 468 DO CPC.

1 - A norma que determina a suspensão das ações contra a entidade que se encontra sob liquidação extrajudicial (Lei 6.024/74, art.18), não deve ser interpretada na sua literalidade. Assim, não se justifica suspender processo de conhecimento, que já se encontra em estado adiantado de composição, para determinar que o credor discuta seu direito em processo administrativo de habilitação junto ao liquidante.

[...] 4. Recurso especial conhecido e desprovido. (REsp 601.766/PE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/04/2004, DJ 31/05/2004 p. 224)

g

Este, aliás, é o entendimento do TJPE:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERVENÇÃO E **LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL** DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ART. 18, ALÍNEAS "A" E "D", DA LEI 6.024/74. SUSPENSÃO DE AÇÕES. JUROS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DO STJ. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS INDEVIDOS. 1. **A norma que determina a suspensão das ações contra a entidade que se encontra sob liquidação extrajudicial não deve ser interpretada na sua literalidade**, mormente quando se verifica que a continuidade do processo não redundará em redução patrimonial da massa objeto de liquidação. Precedentes do STJ. 2. A liquidação extrajudicial de empresa não acarreta a suspensão da contagem dos juros moratórios. Precedentes do STJ. 3. juros moratórios serão calculados a partir da efetiva citação do banco apelado. 4. Não tem embasamento jurídico algum a aspiração da empresa apelante de que os juros remuneratórios devam incidir sobre montante de dinheiro cujo objeto do ajuste não foi o mútuo, pois tais juros são devidos somente àqueles que financiam crédito, pela razão evidente de que merecem seja seu capital remunerado pela disposição de pô-los a serviços de outrem. Unanimemente, deu-se provimento parcial ao apelo do Banorte para estabelecer que os juros e correção monetária incidem a partir da citação e, ainda por unanimidade, deu-se provimento parcial ao apelo da Usibrita, para estabelecer que os juros legais de mora sobre o montante apurado sejam calculados a partir da efetiva citação do Banco apelado. (Apelação Cível nº 72463-6 – Recife, Relator: Des Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 29/1/2008)

Com efeito, o referido artigo em suposto confronto com a decisão recorrida não pode ser interpretado restritivamente, no sentido de obrigar o credor a receber seu crédito através de concurso de credores. Mormente quando se considera não haver qualquer tipo de responsabilidade por parte do consumidor frente a decretação da recuperação extrajudicial sofrida pelo Banco. No mesmo toar, proclamou a eg. Terceira Turma do STJ:

*"(...)1. A intervenção do Banco Central pondo a empresa sucedida no regime de liquidação extrajudicial não serve como excludente de responsabilidade, sob pena de grave lesão aos adquirentes por culpa da própria administração da promitente vendedora, incompetente para gerenciar o empreendimento." (RESP260731/RJ, DJ 05/02/2001, Relator Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO)*

Dessa forma, não se verifica nenhuma infringência às normas apontadas como violadas.

A alegação supramencionada, portanto, não merece prosperar por já ter sido amplamente discutida nos tribunais de todo o País. Em relação ao tema, a jurisprudência já se firmou pela não suspensão da ação em estado adiantado de composição pelo simples motivo de encontrar-se alguma das partes em recuperação extrajudicial.

Igualmente não merece plausibilidade a alegação da não incidência de juros e correção monetária sobre a quantia pleiteada nesta ação, ao afirmar que tais incidências vão de encontro às alíneas "d" e "f" da Lei de Recuperação Extrajudicial<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

(...)

d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo;

(...)

f) não reclamação de correção monetária de quaisquer divisas passivas, nem de penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.

306  
✓  
240

Com efeito, o entendimento jurisprudencial a respeito desta questão também já se encontra pacificado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

CONSÓRCIO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS. ADMINISTRADORA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PRETENDIDA SUSPENSÃO DE CONTAGEM DE JUROS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES. **"A liquidação extrajudicial de empresa não acarreta a suspensão da contagem dos juros moratórios"**. (STJ, REsp. nº 137.317/MG, 4ª Turma, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ 22/04/02).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PEDIDO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO, PORÉM APÓS A HOMOLOGAÇÃO DA CONTA LIQUIDATÓRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA CORTE ESPECIAL. INAPLICAÇÃO, IN CASU, DE ÍNDICES DIVERSOS DOS DETERMINADOS PELA DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. PRECEDENTES. OCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

1. Agravo regimental contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
2. **A correção monetária não se constitui em um plus; não é uma penalidade, sendo, apenas, a reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação, independe de culpa das partes. Pacífico neste Tribunal que é devida a aplicação dos índices de inflação expurgados pelos planos econômicos (Planos Bresser, Verão, Collor I e II), como fatores de atualização monetária de débitos judiciais.**

Esta Corte adota o princípio de aplicar, em qualquer situação, o índice que melhor reflita a realidade inflacionária do período, independente das determinações oficiais. Assegura-se, contudo, seguir o percentual apurado por entidade de absoluta credibilidade e que, para tanto, merecia credenciamento do Poder Público, como é o caso da Fundação IBGE. Para tal propósito, aplica-se o IPC, por melhor refletir a inflação à sua época. 3. EREsp nº 81583/DF, 3ª Seção, DJ de 17/02/2003, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI: "1 - Vislumbram-se três hipóteses de adequação do instituto da correção monetária e dos expurgos inflacionários aos casos trazidos à apreciação do Poder Judiciário: (a) a aplicação destes no processo de conhecimento; (b) a incidência dos mesmos requeridos, somente quando iniciado o processo de execução do título judicial, porém, antes da homologação da conta de liquidação; e, (c) a admissão do uso dos expurgos inflacionários pleiteados após a homologação da conta de liquidação, nos denominados precatórios complementares. 2 - Na possibilidade (b), hipótese destes autos, este Tribunal tem deferido a pretensão da inclusão de tais figuras monetárias na atualização das dívidas de valor, porquanto oriundos do processo inflacionário para os quais o cidadão não concorreu para sua formação, não podendo, desta forma, suportar os efeitos de tais acontecimentos. Assim, os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, uma vez que se configuram como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. **Ademais, é remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta, tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus. Essencial, desta forma, a correta apuração desta e de seus desdobramentos**".

3 - Logo, correta a r. decisão monocrática proferida pela MM. Juíza Federal da 4ª Vara de Seção Judiciária de Brasília ao admitir a inclusão dos expurgos na execução do julgado, no momento em que homologou a conta de liquidação. Precedentes da Corte Especial (EREsp nºs 163.681/RS, 189.615/DF e 98.528/DF).

(...)

(AgRg no REsp 886.426/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10.04.2007, DJ 10.05.2007 p. 355)

507  
241

A respeito da matéria contida na alínea 'd' da Lei 6.024/74, importante transcrever voto proferido pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar, no julgamento do Resp nº 48626/SP:

*"em se tratando de ação posta em juízo, prevalece a regra do direito processual, enunciada no artigo 219 do CPC, que define a citação válida como ato caracterizador da mora, a partir de quando devem fluir os correspondentes juros. Como referido no acórdão, ao reproduzir e acolher a manifestação do Ministério Público: 'os juros nada mais são do que o corolário do principal e portanto a esses acompanham. Desta forma, observando-se ainda o artigo 219 'caput' do CPC, é a partir da citação que devem ser computados, já que esse ato processual torna o devedor em mora'."*

Quanto aos juros de mora, portanto, resta claro o entendimento da incidência a partir da citação. Isso porque o Banco só está em mora a partir do momento em que teve ciência da existência do litígio.

A atualização monetária, entretanto, deve ser contada a partir do momento em que foi aplicado índice de atualização monetária a menor, a saber, junho de 1987 no caso do Plano Bresser e janeiro de 1989 para o Plano Verão. A propósito, é essa a questão central do litígio: a responsabilização do Banco agravante pela aplicação a menor de atualização monetária em caderneta de poupança, sendo incoerente condenar o Banco a pagar tal atualização a partir de momento posterior.

É evidente, portanto, a devida incidência de juros e correção monetária sobre o caso em análise. Ademais, friso, ao afastar a incidência deles, restaria penalizado o consumidor, o qual em nada contribuiu para o decreto de intervenção e de recuperação extrajudicial efetuado pelo BACEN.

Afirma, ainda, o BANCO BANORTE ser parte manifestamente ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda. Pleiteia, portanto, não ser responsabilizado pela aplicação a menor da correção monetária no período pleiteado por Nélon.

Assim, defende a legitimidade do regime jurídico atinente aos Planos Verão e Bresser e, seguindo esse raciocínio, sustenta ter apenas cumprido o disposto na legislação vigente à época.

Com efeito, o Governo Federal editou planos econômicos com o objetivo de estabilizar a economia. Entre as medidas impostas, destaco a alteração de índices de correção monetária para as cadernetas de poupança em junho de 1987 e em janeiro de 1989.

No entanto, as partes celebraram contrato de abertura de crédito em caderneta de poupança em que o Banco se comprometia a aplicar a correção monetária e os juros estabelecidos. A existência de plano econômico não deixa o Banco imune de suas responsabilidades frente a seus clientes. A discussão, portanto, é sobre o cumprimento do contrato pelo Banco, sendo a questão entre particulares, não envolvendo entes públicos.

108  
242

A propósito, já é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que o Banco Central, a exemplo das outras entidades federais, são partes ilegítimas nessas ações de cobrança.

Nesse sentido, bastante esclarecedor o julgado do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

DIREITOS ECONÔMICO E PROCESSUAL. CADERNETA DE POUPANÇA. "PLANO VERÃO" (JANEIRO/89). LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" DO BANCO CAPTADOR DA POUPANÇA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE AO BANCO CENTRAL. IMPERTINÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE REAJUSTE. COMPENSAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ÍNDICE APLICÁVEL. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO.

I - Eventuais alterações na política econômica, decorrentes de planos governamentais, não afastam, por si, a legitimidade "ad causam" das partes envolvidas em contratos de direito privado, inclusive as instituições financeiras que atuam como agentes captadores em torno de cadernetas de poupança.

II - Segundo a jurisprudência do Tribunal, o critério de remuneração estabelecido no art. 17, I, da MP 32/89 (Lei 7.730/89) não se aplica às cadernetas de poupança abertas ou renovadas antes de 16 de janeiro de 1989.

III - É da jurisprudência da Corte o descabimento da denúncia da lide à União e ao BACEN nas ações movidas pelos poupadores pleiteando diferenças no crédito de rendimentos de suas contas de poupança em virtude da aplicação das normas concernentes a planos econômicos.

IV - Creditado reajuste a menor, assiste ao poupador o direito de obter a diferença, correspondente à incidência do percentual sobre as importâncias investidas na primeira quinzena de janeiro/89, no percentual de 42,72% (REsp 43.055-SP).

V - (...)

(REsp 186.395/SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/1998, DJ 15/03/1999 p. 243)

Nelson, consumidor dos serviços prestados pelo Banco, não pode ser obrigado a arcar com esse prejuízo. Ademais, a devolução da diferença de valores devidos pelo Banco faz-se necessária para não ocasionar seu enriquecimento ilícito, já que reteve o montante por ordem do governo federal.

Com essas considerações, conheço o recurso, mas nego-lhe provimento no sentido de manter, em todos os seus termos, a decisão recorrida a fim de condenar o Banco, ora apelante, a pagar a Nelson a diferença entre o índice efetivamente creditado e o índice que deveria ser utilizado, qual seja, IPC de 26,06% (junho/1987) e o IPC de 42,72% (janeiro/1989) sobre o saldo existente em sua conta poupança de nº 07.000.392-000073, com valores convertidos para moeda real e atualizados (correção monetária) a partir da data de aniversário de cada conta, até efetiva liquidação, pela Tabela do Encoge, com acréscimo, ainda, dos juros contratuais (remuneratórios) de 0,5% ao mês, capitalizados, além de juros de mora de 1% ao mês, estes a partir da citação.

É o voto.

Recife, 1.10/05

fc cefi Cant

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Relator





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE/REVISOR)

Como Revisor, eu voto no mesmo sentido do Desembargador Relator, negando provimento ao apelo.

Peço o voto do Desembargador Sílvio Beltrão.

---

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Acompanho o voto da Turma.

---

DECISÃO:

"UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR RELATOR".